

## EMPREGABILIDADE

O acesso ao emprego é condição essencial para a concretização do projeto de vida de qualquer jovem. No entanto, longe vai o tempo onde um curso superior era sinónimo de empregabilidade. Ainda que essa seja uma das consequências da massificação do ensino superior, as externalidades económicas associadas a uma população com elevados níveis de qualificação superam qualquer aspeto negativo que daí advenha. O desemprego qualificado mantém-se, consistentemente, abaixo da taxa de desemprego global.

Dados recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que o número de jovens desempregados, com idade inferior a 30 anos, se fixou nos 32,8 mil em maio de 2019, o que corresponde a uma redução de 16,1% face ao período homólogo em 2018 e a uma diminuição em cadeia de 6,8%, face ao mês anterior. Se considerada a faixa etária abaixo dos 25 anos, a taxa de desemprego terá descido de 22,3% para 17,6%, entre períodos homólogos de 2018 e 2019.

Ainda assim, os recuos verificados nas taxas que medem o desemprego jovem não nos devem iludir. O desemprego jovem é um fenómeno preocupante, com taxas sistematicamente fixadas acima das registadas para o desemprego global, fixado em 6,3%. Este não é um fenómeno exclusivamente português. Apesar dos recuos que também se têm verificado, no contexto europeu, segundo o Eurostat, o desemprego jovem entre os Estados-membros está atualmente estimado em 14,9%.

Desde o início do século XX, cada geração viveu sempre melhor que a geração anterior. A nossa geração, considerada a mais qualificada de sempre, corre o sério risco de ser a primeira a sofrer a inversão desta tendência. A nível europeu, desde 2009, o rendimento disponível dos jovens adultos, tem diminuído ou crescido muito pouco. Desta forma, se considerada a inflação, a nossa geração está qualificada para ser a primeira a não registar rendimentos mais elevados do que a geração anterior.

No rescaldo das últimas eleições para o Parlamento Europeu, é importante reafirmar a União Europeia como um projeto de coesão económica, social e territorial. Neste âmbito, é fundamental que o próximo quadro de Fundos Estruturais, para o período 2021-2027, contribua decisivamente para a criação de emprego e para a redução das assimetrias entre os Estados-membros.

O programa Erasmus, atualmente Erasmus +, é a maior experiência de integração europeia. A União Europeia reconhece as gerações mais jovens como as principais protagonistas do processo de integração. Para que assim continue, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes consideram que é fundamental ultrapassar um conjunto de desafios



colocados ao alargamento da escala do Erasmus + e do EURES, para a educação e formação, bem como do SVE - Corpo Europeu de Solidariedade.

Conscientes do papel que a União Europeia desempenhou e continua a desempenhar no apoio à criação de emprego e uma vez que se vai agora iniciar um novo mandato no Parlamento Europeu, que originará também uma nova Comissão Europeia, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, decorrido no Porto, a 15 e 16 de junho de 2019, apresentam o seguinte conjunto de considerações e propostas:

1. O reforço financeiro dos programas EURES e “Garantia Jovem”, que apoiam o acesso a estágios, oportunidades de formação e ao primeiro emprego no contexto europeu e em cada Estado-membro;
2. Nesse âmbito, e numa lógica de redução de assimetrias, a possibilidade de os países que apresentam maiores dificuldades na criação de emprego poderem usufruir de fundos não utilizados por outros países onde o fenómeno não se verifique com igual gravidade;
3. A introdução de cláusulas, na disponibilização dos fundos, que refiram a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, em matéria salarial, parentalidade e proteção contra a discriminação, baseada no género, raça, religião, idade, deficiência e orientação sexual e a livre circulação de trabalhadores, com a garantia de acesso a benefícios sociais, em particular no que respeita à contabilização do tempo de trabalho para efeitos de aposentação.
4. A Criação de medidas específicas, no quadro do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - POISE, para apoiar a integração dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho.

Proponente: FAP

Subscritores:

Destinatários: Partidos políticos portugueses com representação no Parlamento Europeu